



ARGENTINA, BRASIL, VENEZUELA, POPULISMO PROGRESSISTA DOS ANOS 2000: A HORA DO BALANÇO...

Resumo

Na América latina se encerra o ciclo ao longo do qual os governos progressistas implementaram políticas sociais audaciosas. Na época pareciam promessas de transição para novos modelos de sociedade, até mesmo de revoluções inéditas. Atualmente as direitas retornaram. Denunciar suas políticas, o retrocesso que impõem e seus impasses não deve impedir a análise dos fracassos dos regimes precedentes. Quais foram seus limites e seus erros, que impediram uma transição progressista que também fosse engajada ?

Palavras chave: Brasil, Argentina e Venezuela

Chapô

En Amérique latine se referme le cycle au cours duquel des gouvernements progressistes ont mis en œuvre des politiques sociales audacieuses. Semblaient alors promises des transitions vers de nouveaux modèles de société, voire des révolutions inédites. Aujourd'hui les droites sont de retour. Dénoncer leurs politiques, les régressions qu'elles imposent et leurs impasses, ne doit pas empêcher d'analyser les échecs des régimes précédents. Quelles furent leurs limites et leurs erreurs qui ont empêché qu'une transition progressiste soit engagée ?

Mots-clés: le Brésil, l'Argentine, le Venezuela.

PIERRE SALAMA

Economista, latino-americanista,
Université de Paris XIII, Cepen-
-Cnrs, UMR 7115

Tradução:
Luís Jorge Vasconcelos Pessoa
de Mendonça (UFES) e
Victor Leonardo de Araujo
(UFF).

1. Introdução

Os governos de direita retornaram ao poder na América Latina. Incriminam as políticas sociais sem, no entanto, encontrar uma saída para a crise. Este é o caso da Argentina, abalada profundamente por uma crise cambial em maio de 2018, mas também do Brasil, envolvido numa crise institucional. Também seria incongruente escrever hoje sobre os fracassos dos governos progressistas populistas que os precederam no momento em que os movimentos sociais se levantaram em oposição às políticas de liberalização dos mercados, de privatização e de precarização das condições de emprego. Talvez fosse melhor analisar os fracassos atuais das políticas econômicas conduzidas pela direita, mais do que aquelas da primeira década dos anos 2000 a 2015? Uma coisa não exclui a outra. Mais do que nunca é necessário um balanço das políticas econômicas implementadas pelos governos populistas-progressistas latino-americanos. Compreender as causas dos fracassos é uma condição *sine qua non* para não repetir os erros cometidos¹.

2. Populismo progressista ?

O termo populista dá margem a diversas confusões, é um típico conceito frouxo, passível de diferentes interpretações. Podemos compreendê-lo de diferentes formas. Na linguagem coloquial, “populista” significa frequentemente “demagógico”. Essa qualificação é frequentemente utilizada para rejeitar, e com desprezo, as políticas de redistribuição de rendas em razão de sua pouca seriedade, levando ao fim e ao cabo à ruína econômica, mesmo que “pavimentadas de boas intenções”. Pelo contrário, as políticas “corajosas” seriam aquelas que se ocupam, acima de tudo, em rebaixar o custo do trabalho para enfrentar as pressões internacionais. Neste sentido, as ideias políticas de redistribuição de riqueza seriam políticas, sobretudo, de busca de clientes, e obedecendo às leis do mercado político, cujo único objetivo é reeleger-se.

Este termo também serve, e por vezes exclusivamente, para designar políticas soberanas, nacionalistas. As empresas estrangeiras (até mesmo as nações) estariam na origem da destruição de inúmeros empregos, da diminuição dos salários, da deterioração das condições de trabalho e até mesmo do desemprego. Defender as populações

¹ É o que aconselha Noam Chomsky em uma entrevista à Folha de São Paulo, em 02 de maio de 2018: “A esquerda deveria fazer uma profunda autocrítica, examinar o que foi equivocado e analisar o conjunto de oportunidades desperdiçadas por conta de ter sucumbido à corrupção e a uma planificação falha...”. Tal exigência não está em contradição com o apoio a Lula : “[...] na realidade, Lula foi punido por conta das políticas reformistas...”

afetadas pela concorrência estrangeira passa então pelo protecionismo, por um recuo sobre si a fim de protegê-las. Nesta perspectiva, a redistribuição em benefício das “vítimas” da globalização não é necessariamente aventada, salvo se for direcionada para os nacionais (entendido enquanto não imigrantes). Em contrapartida, as desonerações fiscais para as empresas nacionais permitiriam o estímulo da produção nacional e a geração de empregos.

Adicionar o termo progressista ao populismo pode surpreender. As políticas centradas na redistribuição e no desenvolvimento de políticas sociais são frequentemente atributos de governos progressistas, tal como as políticas voltadas à inclusão do conjunto de pessoas sem distinção, sejam índios, negros, pobres ou não. Compreende-se então que elas possam contar com o apoio das esquerdas. É esta procura por inclusão que os distingue do populismo regressivo. Os governos populistas progressistas não procuram se vitimar frente às dificuldades denominando o estrangeiro como bode expiatório, seja o judeu ou o muçulmano, ou até mesmo o pobre que se tornou exigente, arrogante. Ao contrário, o vetor comum dos populismos progressistas é a solidariedade entre os cidadãos, qualquer que seja a raça, a religião e a nacionalidade, com aplausos para a Venezuela.

Todos os governos populistas/progressistas não se assemelham entre si, porém apresentam características comuns. A referência à Nação e o apelo ao nacionalismo, com seu corolário de denúncia da política dos Estados Unidos, não são os mesmos em Lula e em Chavez, como também em Maduro ou Kirchner. Contudo, existem pontos comuns. Citemos a redistribuição de renda em favor das camadas mais pobres e vulneráveis, um esforço mais ou menos constante nos setores chaves para a coesão social, tal como a educação e a saúde. Mas também uma relativa indiferença face à desindustrialização em curso, ao aumento potencial da corrupção, à incapacidade de acompanhar as novas tecnologias, e à implementação do crescimento de uma economia rentista. Esta última vem engendrando a reprimarização crescente em sua lógica de dependência crescente – em razão da cotação das matérias-primas estar sujeita aos riscos decorrentes da concorrência dos países asiáticos – e o enriquecimento (corrupção) derivado da inserção no circuito mais rentista do que decorrente do trabalho e sua exploração. O que os distingue das esquerdas é que, em graus diversos, tendem a substituir a análise em termos de classe por uma em termos de povos².

2 Não podemos, no contexto desse artigo, discutir este último ponto, embora ele seja importante. Remetemo-nos ao excelente dossier IHU de 7 de agosto de 2007 (disponível na internet), cujo título é Ernesto Laclau e a “razão populista”, onde encontra-se um conjunto de estudos originais.

A redistribuição de renda e o aumento das políticas sociais não são atributos exclusivos de governos populistas e que sejam progressistas. São atributos também de governos de esquerda. Para além de serem eticamente justos e necessários, dada a amplitude da desigualdade na América Latina, eles não são demagógicos se acompanhados de um esforço de natureza produtiva em prol da produção. Se este não for o caso, surgirá uma lógica “infernai” que levará ao fracasso econômico, social e político-institucional. Considerando-se o Estado como sendo um “Estado mágico³”, o populismo progressista pode parecer, então, como formas ditatoriais de poder – como no caso da Venezuela hoje em dia – que coexistem com micro-poderes ligados à máfia, que se nutrem a partir dos espaços livres dada a incapacidade do Estado em controlar integralmente a totalidade de seu território (O Estado tornando-se poroso⁴), onde se espraiam a discriminação, a corrupção e a violência⁵.

Claro que existem diversas formas de populismo progressista⁶. Os governos progressistas não dão o mesmo peso às políticas sociais e à redistribuição (luta contra a pobreza, educação e saúde universais, sem exclusão, proteção dos salários e aumento do salário mínimo). As políticas sociais, de redistribuição, são um vetor essencial do populismo progressista, porém são

insuficientes para defini-lo. O populismo progressista refere-se também às formas de poder e à maneira bonapartista de exercê-lo. Não apenas o líder se indentifica com o povo, algumas vezes compreendido como oposto das elites consideradas ligadas aos interesses estrangeiros (Venezuela e Argentina). No entanto, numa visão mais pura, o líder pede ao povo para reconhecer-se nele⁷. Portanto, não se trata de luta de classes, de direita e esquerda, mas algo completamente distinto. Da mesma forma que a exposta acima, tratando-se de política sociais e de redistribuição, esta última característica não é partilhada com a mesma intensidade pelo conjunto dos governos populistas progressistas.

3 Cf. Coronil (2002).

4 Jogo de palavras entre Estado poroso e Estado poderoso que desenvolvemos com Gilberto em *L'Etat surdéveloppé, des métropoles aux tiers mondes* de G. Mathias e P. Salama (1983, Maspéro - La Découverte).

5 No que diz respeito à Venezuela, ver no idioma francês : “Morts violentes, incertitudes et pénuries dans les terres d'Aragua”, pp. 166-176 ; e Emiliano Teran Mantovani : “une géographie des conflits écologiques”, pp. 177-197, em “Venezuela 1998-2018, le pays des fractures”, Les Temps Modernes, 2018, n° 697.

6 Ver o interessante livro de Svampa (2016).

7 “Já não sou Chávez, Chávez és tu... já não me pertenço. Chávez se fez povo”. Essas expressões são reveladoras da relação do Presidente com o povo, este último identificando-se com ele. Ver P. Cardenas, “A Venezuela, este navio à deriva”, p. 29, Les Temps Modernes, op cit.. Para que esta inversão seja eficaz em termos de legitimidade, também é necessário que o líder seja carismático, como Chavez o era, ao contrário de Maduro na Venezuela. É preciso que seu discurso esteja em harmonia com a frustração acumulada de todos aqueles que foram excluídos e viram as elites se enriquecerem ao mesmo tempo em que se empobreciam, como ocorreu logo após a crise da dívida. Dívida cuja amplitude é explicada essencialmente pelas fugas de capitais legalizadas, diferentemente da dívida dos militares brasileiros por ocasião da ditadura, e em seguida explicada pelas políticas de ajuste durante os anos 1980.

No entanto, o desdobramento disto é a figura carismática do líder, então, se este falha, a coerência desta forma de poder se enfraquece.

Três países emblemáticos servirão de base para nossas reflexões: o Brasil, a Argentina e a Venezuela, sem que se possa limitar o populismo progressista a estes três países. Os países andinos inovaram com o retorno dos índios à sociedade civil, de onde estavam excluídos até então e tendo até hoje suas esperanças frustradas algumas vezes.

O Brasil entrou numa crise profunda, a mais importante desde os anos 1930, a pobreza e as desigualdades aumentaram profundamente. A Argentina viu seu crescimento arrefecer, depois tornar-se negativo e, pior ainda, com seus distintos governos incapazes de controlar a elevação dos preços. A Venezuela tornou-se uma caricatura, engolida pela hiperinflação, pela desindustrialização massiva e por um crescimento significativo da pobreza. Ela conheceu um exôdo como consequência e uma democracia que só guarda a denominação, tamanha a multiplicação das violações constitucionais e a explosão da taxa de homicídio.

Não se trata de refazer aqui a trajetória econômica de cada um desses países, suas especificidades, suas escolhas políticas, etc. Já fizemos isto em outras oportunidades⁸. Trata-se aqui de tentar tirar as lições desses fracassos, que em grande medida fundamentam a volta das forças

de direita no subcontinente. O presente artigo se esforça na sistematização dos mecanismos econômicos em questão, em teorizá-los para, em seguida, introduzir as nuances de cada um dos grandes países em questão.

Quatro aspectos são abordados : 1) a apreciação das moedas nacionais e a ilusão de uma falsa riqueza: do milagre à miragem; 2) a desindustrialização precoce; 3) a financeirização (estes pontos dizem respeito a Argentina e o Brasil); 4) consagrado ao populismo progressista venezuelano e sua mutação.

3. Uma valorização da taxa de câmbio problemática

De uma maneira geral, por dos dez primeiros anos deste novo milênio, a globalização na América Latina pareceu ser positiva: menores dívidas externas, maior crescimento (ver o anexo), menos inflação – com excessão da Argentina –, orçamentos bem administrados, elevação dos salários reais e menos pobreza (ver anexo). Contudo, ao mesmo tempo, a “*bonanza*” resultante das exportações de matérias-primas e a entrada de capitais estrangeiros teve como consequência a apreciação do câmbio – mais ou menos significativa segundo o país –, uma desindustrialização precoce e queda da

⁸ Ver, por exemplo, Salama (2018).

rentabilidade no setor de manufaturas⁹. A tese que desenvolveremos aqui é de que uma lógica infernal levou aos fracassos atuais, os quais os governos não souberam ou não quiseram enfrentar.

A balança comercial do Brasil é superavitária graças à entrada de divisas proporcionada pela venda de matérias-primas. A balança comercial da Argentina também foi superavitária, porém por um período mais curto. Então a restrição externa pesa menos à medida que, em certos países como o Brasil, observa-se entrada significativa de capitais. Este não é o caso da Argentina, “proibida” de acessar os mercados financeiros internacionais. As reservas internacionais aumentaram. Estas entradas de divisas provocam uma apreciação da moeda nacional. Isto poderia não acontecer se houvessem posto em marcha um mecanismo de esterilização. No entanto, este não foi o caso. A apreciação da moeda permitiu então importações significativas, e isto tanto mais na medida em que rede industrial se encontrava relativamente fragilizada pelos anos de hiperinflação na época da « década perdida (1980). A liberalização dos mercados externos na América Latina, diferentemente dos países asiáticos, diz respeito sobretudo aos mercados de capitais ao invés do mercado de bens. Apesar de um relativo protecionismo, a apreciação da moeda em relação ao dólar facilita a entrada de bens produzidos no exterior em detrimento dos produtos da indústria nacional.

Quadro 1. uma liberalização externa diferenciada

	América Latina	Ásia
Globalização comercial	--	++
Globalização financeira	++	--

No entanto, esta proteção é relativa, desigual segundo o país, mas relativamente forte na Argentina e no Brasil. Não é suficiente para impedir a diminuição da competitividade provocada pela apreciação da moeda (box 1) e pelo peso do custo unitário do trabalho (box 2). Este custo, medido em termos de nível ou em termos de taxa de crescimento, reúne três variáveis: salários, produtividade e taxa de câmbio.

⁹ É o que os economistas designam pela expressão “doença holandesa” ou ainda “Dutch Disease”. De acordo com os primeiros economistas a modelizarem os efeitos de uma renda inesperada proveniente da exploração e exportação de recursos naturais, doença holandesa seria o aumento da demanda de bens denominados “não comercializáveis” (isto é, não submetido à concorrência estrangeira), induzindo a uma alta dos preços e, ao final, um aumento da inflação. Para uma taxa de câmbio nominal constante, uma alta significativa dos preços maior do que nos outros países se traduz numa apreciação real da moeda, valorização esta prejudicial para a indústria nacional que produz bens comercializáveis, já que a importações tornar-se-ão relativamente menos caras. O efeito sobre a taxa de câmbio é indireto, via alta de preços. A vantagem inesperada, ao invés de produzir efeitos positivos, produzirá efeitos negativos sobre o tecido industrial. Seria então uma maldição. É o que ocorreu com os Países Baixos durante os anos 1960 após a descoberta de grandes jazidas de gás natural. Após os primeiros textos, a abordagem em termos de doença holandesa se expandiu. Aplica-se esse conceito aos efeitos diretos sobre as taxas de câmbio de divisas oriundas da comercialização de matérias-primas.

Box I. Apreciação da moeda.

Taxa de câmbio real efetiva no Brasil de 2000 à 2014, véspera da crise (base 100 em 2000)

Setembro 2001	141	Janeiro 2009	110
Abril 2002	110	Julho 2011	74
Outubro 2002	177	Janeiro 2013	94
Outubro 2003	134	Março 2013	87
Junho 2004	147	Abril 2013	101
Outubro 2008	85	Julho 2014	90

Fonte : Banque Centrale. Nassif A.; Feijo C. & Araujo E. (2015). "Structural change and economic development: is Brazil catching up or falling behind?", Cambridge Journal of Economics, no 39, pp.1307-1332, 2015.

Índice da taxa de câmbio real multilateral da Argentina (ITCR) e índices da taxa de câmbio real em relação ao Brasil, Estados Unidos e China, 17.12.2015 = 100

	Multilateral	Com o Brasil	Com os Estados Unidos	Com a China
31.12.01	68.9	68.3	81	60.2
31.12.02	161	130.4	198.6	143
31.12.07	158.8	196.7	130.9	108.1
31.12.10	124.9	171.4	94.9	89.7
31.12.11	108.5	142.6	85.9	86.1
31.12.13	102.3	119.5	84	88.9
16.12.15	73.5	72.8	73.5	73.5
17.12.16	100	100	100	100
31.01.16	90.1	89.4	86.8	81.6
31.12.17	97.3	92	83.3	83.4

Fonte : Banco Central de la República Argentina (BCRA) – em cinza : desvalorização do peso

Continua

Continuação

Os efeitos negativos sobre a produção nacional são importantes. Por exemplo, seja 100 o preço de uma mercadoria produzida num setor exposto; se essa mercadoria for importada e a apreciação da moeda for de 25%, o preço dessa mercadoria será 75. Suponhamos agora que, para produzi-la, é preciso importar todos os produtos intermediários e os equipamentos por um valor de 40% e 60% correspondente aos salários, lucros e impostos. A redução de 25% após a apreciação da moeda equivalerá aos 40% do valor adicional importado. No total, o preço será de 30 mais 60, ou seja, 90. A mercadoria produzida no local só é competitiva se reduzir seu preço, acarretando assim a baixa da rentabilidade. Se esta mercadoria for exportada, será com uma redução da rentabilidade ainda mais significativa, porque será necessário compatibilizar a alta dos salários expressos em dólares e fazer a compensação através da redução adicional da margem. Ver FIESP-Decomptec (2013): “Custo Brasil e taxa de câmbio na competitividade da indústria de transformação brasileira”. Este exemplo é bem extremo, uma vez que supomos que todos os *inputs* são importados, o que não é o caso. No entanto, de 2003 a 2012, o coeficiente de penetração das importações na indústria de transformação passou de 10,5% para 22,3%. Esta penetração é desigual de acordo com os setores.

A dispersão dos salários é muito pronunciada, mais pronunciada do que nos países avançados, embora a comparação de salários médios com os países avançados não seja muito pertinente¹⁰. Os salários médios na indústria são, em geral, mais elevados do que no comércio, na construção, etc., porém menos do que em certos serviços públicos e na intermediação financeira. São mais elevados nos empregos assalariados formais do que nos assalariados informais. Numa análise comparativa (quantidade de assalariados), em geral, os salários são mais elevados nas empresas transnacionais, dado que estas destinam sua produção principalmente para o mercado interno. Os salários também são mais elevados quanto maior for o tamanho da empresa.

10 A OCDE e a CEPAL mostraram há alguns anos que a dispersão em torno da média tanto da produtividade quanto dos salários era bem mais elevada nas economias emergentes latino-americanas do que nos Estados Unidos. Quando avaliamos as empresas segundo seu tamanho em quatro grupos (grandes, médias, pequenas e muito pequenas) e comparamos suas produtividades médias aos grupos correspondentes nos Estados Unidos, com índices 100 para cada um, observa-se que a diferença de produtividade não é mais significativa no grupo das grandes. A produtividade cresce cada vez mais significativamente quando passamos do grupo de empresas médias para o grupo das pequenas, e, enfim, para o grupo de empresas muito pequenas (onde se concentra o emprego informal). Obtemos resultados comparáveis no que diz respeito às rendas do trabalho, com a dispersão sendo também significativa neste caso. OCDE-CEPAL, *Perspectives économiques de l'Amérique latine, transformation de l'Etat et développement*, 2012.

O que acaba de ser escrito para os salários é válido para a produtividade. O nível que atinge é fraco na indústria moveleira, relativamente elevado na química, na indústria metalúrgica e na de montagem automotiva. No conjunto, o nível de produtividade é fraco quando comparado com o nível dos países avançados. Coatz e Scheingart (2016, p. 43) criaram um cenário significativo: à taxa de câmbio peso-dólar de 2005, se o crescimento da produtividade do trabalho no setor industrial for 3% ao ano nos Estados Unidos e de 4% na Argentina, será necessário 101 anos para anular o diferencial de produtividade entre esses dois países; e se essa taxa fosse 10% ao ano na Argentina, seria necessário 15 anos para anular o diferencial, o que demonstra a importância dessa diferença. Mesmo que se trate de produtividade média e, como acabamos de observar, a dispersão da produtividade seja mais significativa do que nos países avançados, pode-se considerar que esta brecha é bem menos significativa nos setores dinâmicos da indústria, com alto coeficiente de pesquisa e intensidade mais elevada do que nos demais setores. Isso explica porque ilhas de eficiência na indústria da América Latina possam resistir, embora ameaçadas. Contudo, explica também como diversos segmentos da indústria foram destruídos, com os principais países da América Latina conhecendo uma desindustrialização precoce.

O salário médio aumenta mais rapidamente do que a produtividade média, com elevações significativas do salário mínimo. Estes aumentos significativos, sobretudo no Brasil, por conta das pensões indexadas ao salário mínimo, aumentam o poder de compra das categorias mais modestas e vulneráveis, reduzindo a amplitude e a profundidade da pobreza. Além disso, com a apreciação da moeda, os salários expressos em dólares aumentam ainda mais. No entanto, o nível de produtividade do trabalho é insuficiente em comparação ao dos países desenvolvidos. O mesmo ocorre com suas taxas de crescimento, que, embora sejam mais elevadas na indústria do que em outros setores, são também insuficientes.

4. Uma desindustrialização precoce

4.1. Os países latino-americanos conheceram na primeira década do século XXI uma desindustrialização precoce (box 3) e uma taxa de crescimento mais elevada que a dos anos 1990. Trata-se de um paradoxo. No entanto, este crescimento mais elevado foi limitado tanto pela valorização da moeda nacional, frequentemente acompanhada por uma política de altas taxas de juros, quanto pela ausência de infraestrutura. Ausência esta que se manifesta sobretudo no setor de transportes e até mesmo mesmo na educação, que permanece medíocre apesar dos esforços realizados pelos governos

Box 2. Evolução desfavorável do custo unitário do trabalho

Taxa de crescimento do salário mínimo em termos reais no Brasil 2000-2014

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
5.5	8.9	-3.2	8.7	2.1	9.8	13.5	3.2	2.6	7.6	3	0.7	7.5	3	1	1

Fonte: IBGE, Ministério do Planejamento. NB: segundo a lei, o salário mínimo é indexado às taxas de inflação do ano anterior e às taxas de crescimento do PIB dos dois anos anteriores.

Produtividade e salários reais na indústria de transformação no Brasil, em moeda nacional, base 100 = 2004

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Produtividade	100	102	103.5	107.5	107.5	105.5	115	115	112.5	117	117	116
Salário	100	102.5	102.5	106	110	115	118.5	122.5	128.5	132	134	133

Fonte : Centro de Estudos de Mercado e de Capitais (CEMEC), nota 08/2015, *janeiro - agosto, 2015.

Para uma base 100 em 2004, o índice de preços das importações de bens de consumo não duráveis é 150 em 2014, às vésperas da crise e da forte depreciação do real. Na mesma data, o mesmo índice para os bens de consumo duráveis é 113, sendo o dos bens intermediários, 120, e o dos bens de equipamento, 100. Ainda com uma base 100 em 2004, o índice do custo unitário do trabalho na indústria de transformação ultrapassa em muito os índices dos bens importados, situando-se em 221 (fonte: CEMEC). Os três componentes do custo unitário do trabalho evoluem desfavoravelmente (apreciação da moeda, afetando o preço dos bens importados; baixos níveis de crescimento da produtividade e alta dos salários acima deste crescimento), o que implica diminuição considerável da competitividade do país. Essa diminuição é tão mais acentuada quanto mais sofisticados forem os bens produzidos, com exceção de alguns setores, como a aeronáutica. Em um período mais recente, o custo unitário do trabalho aumenta significativamente entre outubro de 2009 e outubro de 2010, e continua até julho de 2012, ainda que em um ritmo mais lento. A partir de julho de 2012, o custo unitário da mão de obra caiu drasticamente até abril de 2013; em seguida, essa queda torna-se menos importante, e volta a cair fortemente entre outubro de 2014 a janeiro de 2016, sob o efeito das desvalorizações.

Continua

Continuação

Frenkel e Rapetti (2011) analisam as causas do aumento do custo unitário do trabalho em diversos países latino-americanos entre 2002 e 2010. Segundo os cálculos efetuados por esses autores, a apreciação da taxa de câmbio é uma causa preponderante. Na Argentina, a apreciação da taxa de câmbio real decorre da diferença da inflação em relação aos Estados Unidos. No Brasil, e também na Argentina, a causa principal é a alta da taxa de câmbio nominal. O segundo fator que explica a alta do custo unitário do trabalho é o diferencial de produtividade, que cresce menos no Brasil, no Chile e na Colômbia em comparação com os países avançados e com a China. O terceiro fator é a alta dos salários acima do aumento da produtividade.

populistas progressistas. Enfim, tal insuficiência manifesta-se também através de instituições de qualidade discutível, devido à burocracia desmesurada e à corrupção.

A produtividade do trabalho é baixa porque a taxa de investimento permanece abaixo do que seria necessário para possibilitar um crescimento tanto mais sustentável quanto persistente¹¹. Além disso, o padrão de crescimento é principalmente rentista. A isto soma-se um comportamento consumista por parte das categorias de renda alta, que preferem consumir mais do que poupar e investir na indústria. A propensão a consumir nos países latino-americanos não sofre diminuição quando a renda é mais alta, ao contrário do que Keynes nos ensinou. O baixo nível de produtividade traduz-se na multiplicação de atividades informais de produtividade extremamente baixa.

Há uma relação de causalidade entre o modo de crescimento e a amplitude da crise do ano 2015. A apreciação da moeda afeta, ao longo do

tempo, a rentabilidade dos investimentos nos setores expostos à concorrência internacional e, em seguida, estende-se para a totalidade da economia por meio do efeito contágio. Podemos observar então que a aceleração na queda da produção da indústria de transformação antecede a diminuição do valor das exportações de matérias-primas. Esta queda acelera ainda mais a queda da produção da indústria e, pelo efeito contágio, a queda do PIB.

A competitividade da indústria de transformação, setor mais exposto à concorrência internacional, degrada-se. Apesar do custo das importações de bens de equipamento e de produtos intermediários importados ser menor na moeda local, a alta do custo unitário do trabalho solapa a rentabilidade tanto mais quanto os ajustes em moeda local são dificultados em razão da concorrência internacional, mais acirrada

¹¹ No duplo sentido do termo: menos volatilidade e menor desgaste ambiental.

nestes setores. Ao longo do tempo a rentabilidade das empresas desses setores arcam com as consequências.

As consequências serão, primeiramente, uma desindustrialização relativa, setores inteiros da malha industrial desaparecem em proveito da importação massiva, enquanto a taxa de crescimento do PIB cresce mais rapidamente à medida que o valor das exportações aumenta e, com ele, as atividades rentistas. Por conseguinte, a crise vem de longe, associada com a apreciação da moeda, mas não exclusivamente. A apreciação da moeda não é a primeira causa da crise. Como falamos, ela enfraquece o tecido industrial, reduz a rentabilidade das empresas da indústria de transformação, favorece os investimentos nas atividades rentistas, explicando

o nível relativamente fraco dos investimentos nas atividades produtivas. Isso acarretará a crise num contexto de rentabilidade dos capitais em baixa, e ao mesmo tempo uma política econômica pouco coerente a médio prazo. A redução dos investimentos públicos, o baixo nível de investimento privado e a política ortodoxa de redução do déficit orçamentário¹², ao mesmo tempo em que o déficit é crescente, colossal, são explicados pelos seguintes fatores: a amplitude da crise, a alta fenomenal da taxa de juros e, por fim, o serviço da dívida.

Com a crise de 2005-2016, o emprego cai significativamente, a produtividade do trabalho aumenta automaticamente sem que tenha havido modernização produtiva. O salário real diminui e, dado que a depreciação da moeda é

Tabela 1. Lucro líquido na indústria de transformação em % do PIB brasileiro 2005-2014 (exceto a Petrobras)

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1.38	1.25	1.49	1.06	1.26	1.26	0.86	0.70	0.76	0.78

Fonte : Nota do CEMEC 06/2015.. <http://ibmec.org.br/instituto/wp-content/uploads/2014/10/31082015-NOTA-CEMEC-06-FINAL.pdf>, onde se encontra uma série de medidas diferentes para a rentabilidade das empresas. Após uma forte diminuição em 2014, a crise se agrava em 2015 e 2016.

¹² Como explicam Serrano e Summa (2012) e (2015). No entanto, os autores são céticos quanto à industrialização e sobretudo quanto à relação de causalidade entre apreciação da taxa de câmbio e desindustrialização. Por tudo isto, os argumentos utilizados para explicar a crise não estão necessariamente em contradição com aqueles que privilegiam a taxa de câmbio como fator de enfraquecimento da malha industrial. Os autores não explicitam quais são esses argumentos, a abordagem em termos de custo unitário e de rentabilidade industrial nos diferentes setores e em relação aos demais setores do trabalho surge como fator de debilidade do tecido industrial.

Tabela 2. Taxa de crescimento da produção industrial no Brasil (%) 2003 – 2017

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Extrativo	4.9	4.3	10.3	7.4	5.9	3.8	-8.9	13.5	2.2	-0.5	-3.6	6.8	3.9	-9.4	4.6
Transformação	0.1	8.6	2.4	2.4	6	3	-7	10	0.3	-2.4	2.8	-4.2	-9.8	-6	2.2
Total indústria	0.3	8.3	2.8	2.7	5.9	3.1	-7.1	10.2	0.4	-2.3	2.1	-3	-8.2	-6.4	2.5

Fonte : IBGE e IEDI, 2018, nº829.

significativa, o custo unitário do trabalho diminui e a competitividade da indústria aumenta. É isto que explica a forte retomada das exportações de produtos da indústria de transformação seguida de alta modesta da produção.

4.2. Por que privilegiar a indústria ? Sejam os trabalhos de Kaldor e de Verdoorn sobre a relação entre as taxas de crescimento da indústria e da produtividade do trabalho,

sejam os trabalhos de Hirschman sobre os efeitos dinâmicos sobre o desempenho da indústria e seus setores mais dinâmicos, sejam ainda os trabalhos de Thirwall sobre os limites do crescimento quando a capacidade de importação de outros países atua como restrição às exportações, todos esses trabalhos demonstram o papel estratégico da indústria para o crescimento e a capacidade de gerar

Tabela 3. Saldos da balança comercial FOB, relativos à indústria de transformação e outros produtos, dentre eles matérias-primas brasileiras 1999 – 2017 (em bilhão de dólares)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Autres produits	3.357	2.715	4.799	6.232	8.161	9.784	13.80	16.64	21.23	32.08	33.63	54.93	78.56	70.7	62.16	59.51	50.38	50.11	70.20
Industrie de transformation	-2.64	-3.44	-2.11	6.964	16.71	24.05	31.12	29.80	18.79	-7.12	-8.36	-34.7	-28.7	-50.6	-59.8	-63.5	-30.7	-2.43	-3.21
total	1.28	732	2.685	13.19	24.87	33.84	44.92	46.45	40.03	24.95	25.27	20.14	29.79	19.39	2.286	4.05	19.68	47.68	66.99

Fonte: carta IEDI.

Box 3. Desindustrialização precoce

O termo indústria pode encobrir diferentes significados. Em certos países, a indústria é composta de indústrias de transformação e indústrias extrativas ; em outros, distingue-se a manufatura de origem agrícola daquelas de origem industrial. Enfim, em outros países, inclui-se, no termo indústria, serviços de alta tecnologia como os ICT. Quando comparamos ao longo do tempo, convém considerar uma série de serviços que antes eram internos às firmas e que foram externalizados, mas atualmente são frequentemente contabilizados como serviços. Também é necessário comparar áreas equivalentes, o que não é tão simples, pois não sabemos como foram construídas as estatísticas. Para simplificar, consideramos a indústria de transformação como sendo cada vez mais difícil não incluir os ICT, sobretudo com a Quarta Revolução Industrial, dita numérica, que vem ganhando muito espaço.

Após um certo estágio de desenvolvimento, é comum constatar uma diminuição relativa da parcela do setor industrial no PIB em prol dos serviços, sem que tenha ocorrido necessariamente desindustrialização. O termo desindustrialização geralmente é reservado para referir-se a uma queda absoluta do valor adicionado da indústria e/ou a uma redução relativa do peso da indústria nacional na indústria mundial para economias abertas. Na América Latina, esse fenômeno tem a tendência de influenciar muito mais cedo do que nos países avançados, justificando o termo “precoce”, utilizado quando a renda per capita, no início do processo de desindustrialização, alcança a metade do nível dos países adiantados. A parte da indústria de transformação brasileira na indústria de transformação mundial (valor adicionado) é de 1,8% em 2005, em 2011 é de 1,7%, após ter alcançado 2,7% em 1980, segundo os dados do banco de dados da UNCTDA. Segundo a mesma fonte, na China esta parte era de 9,9% em 2005 e de 16,9% em 2011. Portanto, ela diminuiu relativamente no Brasil, enquanto na China ela aumenta significativamente. As exportações de produtos manufaturados regredem em termos relativos no Brasil, passando de 53% do valor das exportações de matérias-primas em 2005 para 35% em 2012. Isto em benefício das exportações de matérias-primas agrícolas e minerais. Somente após fevereiro de 2016 é que a participação dos produtos manufaturados volta a crescer, em razão da desvalorização e queda nas cotações dos produtos primários.

Continua

Continuação

No caso do Brasil, o crescimento maior se produziu em detrimento da indústria. A produção industrial estagna no início de 2014 – quando se encontrava no mesmo nível que alcançara em 2002 –, desmoronando com a crise. Para um índice médio de 100 em 2002 (dados de sazonalizados), a produção atinge um pico de 105,5 em junho de 2013, depois 99 em novembro de 2014, 85 em janeiro de 2016 e 83 em fevereiro de 2016. Apesar da retomada das exportações, a indústria continua em declínio (carta IEDI, n°722 e 726). Se não incluirmos a crise de 2015-2016, a indústria de transformação não cresceu por onze anos.

Na Argentina a desindustrialização começa mais cedo do que no Brasil. Contudo, com a forte desvalorização da moeda no início dos anos 2000, o setor industrial pode desenvolver-se novamente. Com a revalorização da moeda a partir de 2007 (apesar de uma desvalorização em 2013 e uma outra em 2015), a indústria estagna a partir de 2008-2009 e posteriormente mantém um ritmo fraco.

empregos em outros setores (ver box 4).

Diversos países asiáticos conheceram uma industrialização rápida e taxa de crescimento elevada nos últimos quarenta anos. Os países latino-americanos, ao contrário, permaneceram quase que imobilizados num espaço onde se encontram os menos desenvolvidos. Baixa densidade industrial *per capita* e baixa taxa de valor adicionado pela indústria em relação ao PIB lhes caracterizam. Ao invés de tomarem o rumo adotado pelos tigres em favor de sua indústria, os países latino-americanos permaneceram ... imobilizados.

4.3. Podemos considerar que, escolhendo fixar uma taxa de câmbio depreciada, seria possível encontrar um crescimento sustentável e

durável, permitindo consolidar as conquistas sociais no lugar de fragilizá-las, como é o caso atual? A resposta não é simples e não se pode ignorar os efeitos negativos de uma política econômica passada em termos do enfraquecimento do tecido industrial. Esses efeitos existem, e nós os temos avaliado. Por outro lado, entre uma moeda apreciada e uma moeda depreciada, há uma depreciação que pode ter efeitos indesejados.

A depreciação da moeda gera uma inflação importada. Para interrompê-la, considera-se frequentemente que seja necessário conter a demanda por meio de uma política de austeridade. Esta em geral provoca uma recessão, até mesmo uma crise econômica, cujas consequências sociais são proporcionalmente mais graves

Box 4. Multiplicadores de emprego

Quando relacionamos os diferentes setores, classificados segundo a importância relativa da formalidade do emprego direto e a quantidade de empregos indiretos criados, observamos que na Argentina, em 2013, para cada emprego direto na indústria, 2,45 empregos indiretos foram criados. Isto é bem mais do que no comércio ou na construção civil, onde prevalecem empregos informais, segundo Coatz e Scheingart (op. cit., p. 37).

De acordo com Berger e Frey (2017), a quantidade de empregos indiretos criados no setor de serviços em razão do emprego de um assalariado qualificado na indústria manufatureira é muito maior nos países emergentes do que nos Estados Unidos. As desigualdades de renda são mais acentuadas nos países emergentes, assim como a propensão a consumir do que nos Estados Unidos, pelo menos nos dois países analisados pelos autores (Brasil e México). As classes “mais altas” da população dispõem mais em serviço, o que gera uma grande quantidade de empregos. Os economistas consideram que um multiplicador de emprego mais elevado possibilita um aumento da demanda interna e, conseqüentemente, a automatização pode ser uma oportunidade para dinamizar o crescimento via uma demanda interna mais sustentável. No entanto, não se interrogam sobre a qualidade do crescimento.

para os pobres e as camadas modestas do que para os ricos e classes médias. E este efeito será tão maior quanto, segundo alguns economistas, principalmente argentinos, a eficácia da depreciação dependa da amplitude que esta atinja. Portanto, será muito custoso para a segmentos populares¹³.

De fato, observa-se frequentemente um pico inflacionário por ocasião de uma brutal depreciação da moeda nacional. Esse pico é de curta duração, ao contrário dos anos 1980 e da Argentina de Kirchner (após a desvalorização de 2004) e de Macri mais recentemente. São prova disso

13 Por exemplo, consultar Fiorito (2013), mas também Serrano (op. cit.). Em grande parte, a análise desses economistas parecem mais sólidas dado o fracasso da política econômica do presidente Macri: forte desvalorização, liberalização da conta capital e dos preços, inflação em ascensão constante, déficits na balança comercial e déficits orçamentários, indústrias com dificuldade para crescerem e pobreza em crescimento. Assim, segundo o INDEC, a produção industrial cai -7.9 % (Informe de conjuntura, GERES, op. cit., p. 10) entre julho de 2015 e julho de 2016. Anualizada, a inflação ultrapassa 25% em novembro de 2015 para 46% em junho de 2016, depois diminui novamente. Crise econômica, estagnação da produção industrial desde 2010 e queda em fins de 2017, inflação em nível elevado, apreciação da moeda, alta considerável do desemprego, aumento da precariedade dos empregos, diminuição da renda dos empregos, com esta baixa das rendas provocando um aumento da pobreza. Segundo as pesquisas conduzidas pela UCA, próxima do governo, a percentagem de pobres passou de 29% em dezembro de 2015 para 34,5% em abril de 2016. O risco de essa percentagem aumentar é grande – triste ironia para um governo que prometera erradicar totalmente a pobreza em quatro anos.

as devalorizações no Brasil em fins do século XX, a de 2003 e novamente em 2014, ou ainda o Plano de convertibilidade argentino com Menem e depois sua implosão com de la Rúa. O cenário de queda dos salários reais, portanto, não é inevitável.

A manutenção dos salários reais em moeda local é possível. As economias não são totalmente abertas. O nível geral de preços é composto de preços de mercado (*commodities*) e outros que não o são. O conjunto de bens incorpora de forma mais ou menos importante bens intermediários importados, cujos preços aumentam quando há desvalorização, mas a alta de seus preços não é equivalente à desvalorização, salvo se considerarmos que os *inputs* sejam importados. Podemos, portanto, considerar que a alta dos preços após uma desvalorização seja inferior à alta da cotação da moeda nacional em dólar. Com os bens mais expostos tornando-se mais competitivos (o salário em dólar decaiu), então o salário nominal em moeda local pode crescer sem que solape totalmente o aumento da competitividade, com o salário podendo permanecer estável. Como sabemos, é uma questão de relações de forças no interior do conflito distributivo, ou por vezes de escolha entre diminuir os salários reais ou demitir os trabalhadores para elevar a produtividade.

Enfim, a desvalorização pode ser a ocasião para aumentar as exportações industriais. O exemplo

do Brasil é interessante para analisar. O Brasil conheceu uma crise econômica (2014-2016), uma crise institucional e uma crise política extremamente profunda. Iniciada com a destituição da presidente eleita, prosseguiu em 2018 com a prisão do ex-presidente Lula, e encontra-se ainda longe de ser resolvida. Hoje a crise econômica parece ultrapassada com uma modesta retomada do crescimento em 2017. A retomada do crescimento da produção industrial também é débil, porém as exportações da indústria de transformação tiveram um *boom* impressionante: o déficit passou de 18,8 bilhões de dólares em 2014 para 2 bilhões de dólares em 2017. Essa redução massiva do déficit se explica pela diminuição das importações provocada pela crise e a alta dos preços, e sobretudo pela forte depreciação e conseqüente redução do custo unitário do trabalho. O aumento das exportações de bens industriais foi significativo e rápido. A expansão das exportações de bens industriais é importante e rápida, particularmente nos bens de média-alta tecnologia que, junto com os bens de alta tecnologia, haviam sido os mais afetados pela crise.

A diminuição do custo unitário do trabalho explica-se sobretudo pela depreciação da moeda nacional e muito pouco pela redução dos salários reais, esta sendo relativamente pouco importante. A produtividade do trabalho, ao contrário, aumenta graças às demissões massivas, com a taxa de desemprego ultrapassando

os dois dígitos.

A depreciação da moeda não é uma solução milagrosa. Ela é, antes de tudo, uma manipulação dos preços relativos para permitir exportar mais e importar um pouco menos se as rigidezes estruturais forem suplantadas. Para ser eficaz em longo prazo, a desvalorização deve ser acompanhada por uma política econômica que repense a inserção internacional do país, a fim de que esta se faça com base em produtos dinâmicos, com forte elasticidade de demanda em relação à renda. Isso passa por um esforço cuidadoso em termos de pesquisa de produtividade, de reestruturação do aparelho industrial. Como relembra Frenkel¹⁴, segundo Prebisch, o objetivo de uma desvalorização não é aumentar o peso da indústria no PIB, mas sim favorecer

as indústrias de amanhã.

O objetivo explicitado por Prebisch remete a uma questão importante: podemos definir uma taxa de câmbio de equilíbrio, isto é, uma taxa de câmbio que permita reindustrializar um país?

Bresser-Pereira, Nassif e Feijó (2018) lembram que de *facto*, com diversos países, logo após a guerra da Coreia até os anos 1980, os países latino-americanos utilizaram taxas de câmbio múltiplas, seja favorecendo as exportações de produtos industriais, seja subvencionando-os para frear as importações através de um protecionismo consequente. No final, essa ajuda às

14 Conferência no Congresso Brasileiro de Economia (2017): "Taxa de câmbio real competitivo, justiça social e democracia", disponível na internet.

Tabela 4. Brasil: Taxa de crescimento anual das exportações da indústria de transformação, segundo a intensidade tecnológica 2010-2017

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alta tecnologia	3,2	2,6	4	-3,2	-0,7	2,7	5	1,4
Média-alta tecnologia	33,5	17,9	-4,8	-2	-13,5	-11	2,4	20,8
Média-baixa tecnologia	17	32,5	-1,2	8,7	-13,3	-11	-1,5	5
Baixa tecnologia	22,2	15,8	-2,8	-0,1	-3,8	10,9	1,6	6,6

Fonte : Carta IEDI, nº 830, dez. 2017 (elaboração a partir da taxonomia da OCDE) - em cinza, os anos de crise. http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_830.html

exportações e o freio nas importações foram equivalentes à instauração de uma taxa de câmbio “de equilíbrio”, permitindo o desenvolvimento da indústria.

O mundo hoje não é aquele do pós-guerra e as restrições e objetivos são distintos, os meios também. No âmbito das restrições, segundo os autores, convém limitar o déficit orçamentário e distinguir as despesas correntes daquelas de capital – essas últimas tendo sido particularmente sacrificadas nestas últimas décadas. No âmbito dos objetivos, é necessário evitar uma retomada inflacionária sem ter de aplicar dogmaticamente a regra de Taylor, implicando apreciação da moeda nacional – fonte de desindustrialização – e uma alta da taxa de juros – fonte de financeirização. O objetivo de redistribuição de renda em prol das categorias mais modestas é mantido pelos autores com muita prudência. Dado que o crescimento da produtividade do trabalho é fraco, é difícil propor que o aumento dos salários seja em média inferior ao da produtividade, salvo aceitando o nível insustentável de desigualdade. Os autores propõem também que não se toque nas regras de fixação do salário mínimo no Brasil, mas propõem desindexar as pensões (p. 373), o que limitaria a alta dessas despesas públicas.

Resta ainda a possibilidade de obrigação de aumentar a produtividade do trabalho e proteger a indústria (compreendida no sentido mais

amplo, que inclui os serviços mais dinâmicos) da concorrência externa. É aqui que a política de câmbio (de esterilização) e a política industrial intervêm. Por um deslize, os autores não evocam mais a indústria, apenas os segmentos industriais mais dinâmicos que é necessário proteger, inclusive através de protecionismo (p. 376). Com isto, os autores festejam a intuição de Prebisch em favorecer a indústria de amanhã, distanciando-se assim das primeiras teses de Bresser-Pereira, que vislumbravam uma taxa de câmbio de equilíbrio para o conjunto da indústria.

A ideia de uma taxa de câmbio competitiva é sedutora, porém não poderia ser qualificada como de equilíbrio. Primeiro porque ela implica uma ambiguidade com as teses ortodoxas sobre a taxa de câmbio de equilíbrio. Trata-se aqui, para além da indústria compreendida no sentido mais amplo, de favorecer as indústrias de amanhã e, por conseguinte, situar-se dinamicamente. A questão pertinente refere-se ao prazo ... É por isto que a política de câmbio faz parte de toda uma série de medidas estruturais, como a reforma fiscal, uma política industrial audaciosa que atue sobre a taxa de juros, as subvenções e a proteção temporária e condicional. Em seguida, porque o suporte teórico de tal definição não foi aprofundado (falta uma teoria de valor internacional?).

5. A financeirização

Existem diferenças importantes entre a Argentina e o Brasil. A Argentina, durante os mandatos dos presidentes Kirchners, não teve acesso aos mercados financeiros internacionais, salvo em condições leoninas. As únicas entradas líquidas de capitais estão associadas aos investimentos estrangeiros diretos, que, comparados aos do Brasil, não são tão importantes. As taxas de juros não são tão elevadas e o percentual de créditos concedidos medidos em percentagem do PIB é muito modesto. A Argentina sofre saídas de capitais importantes que afetam suas reservas. O Brasil recebe entradas massivas de capitais, seja na forma de investimentos estrangeiros diretos, seja na forma de investimentos em *portfolio*. As taxas de juros são muito elevadas, e por isto atraem capitais externos. O aumento dos créditos com relação ao PIB ocorreu frequentemente pela concessão de empréstimos a taxas de juros mais baixas que as aplicadas às obrigações públicas. Comparado à Argentina, o Brasil conheceu, depois da chegada de Lula ao poder, poucas fugas de capitais, salvo nos períodos de crises financeiras internacionais.

A entrada líquida de capitais e a *bonança* de matérias primas contribuíram para a apreciação da moeda no Brasil. Na Argentina, esta apreciação se explica estruturalmente pelas exportações de matérias-primas e, cada vez mais, pelo diferencial de aumento de preços existente entre

a Argentina e os demais países em um contexto de taxas de câmbio nominais fixas.

Se nos ativermos às antigas teorizações sobre a doença holandesa, a causa primeira da desindustrialização teria de ser buscada na entrada massiva de divisas, consequência do forte aumento das receitas de rendas. Mas se adotarmos uma abordagem macroeconômica (o que essa teorização não faz), então as entradas líquidas de capitais, por seus efeitos sobre a taxa de câmbio, são igualmente responsáveis pela desindustrialização.

É preciso distinguir as finanças da financeirização. As finanças são necessárias ao desenvolvimento, enquanto a financeirização é a “doença infantil” das finanças. O dinheiro aparenta fazer dinheiro a partir do dinheiro sem passar pela intermediação da exploração dos salários. A observação do conjunto das rendas e de sua evolução mostra, contudo, que estamos próximos de um jogo de soma zero quando o crescimento do PIB é baixo: a alta das rendas financeiras devido à especulação ocorre em detrimento daquelas dos salários; daí advêm, por exemplo, o aumento dos créditos domésticos para sustentar sua demanda, a especulação sobre esses créditos tornando-se novos produtos financeiros (“podres”) e a crise dos subprime nos países avançados. Há, portanto, uma relação entre essas rendas, mas há também a ilusão de que não haja e que os “pequenos” possam se multiplicar

indefinidamente. No Brasil, esta ilusão foi particularmente forte durante os anos Lula. Teria havido uma financeirização benéfica? Em um mundo em que o crescimento das finanças foi acompanhado por uma crescente desigualdade de rendas, de uma precarização dos salários reais, o Brasil se destaca por sua singularidade durante alguns anos. Por um lado, as finanças se desenvolveram, o crédito deslanchou e as reservas internacionais aumentaram. No entanto, por outro lado, a pobreza diminuiu, as desigualdades de rendas diminuíram ligeiramente – se não considerarmos os 5% mais ricos –, os salários aumentaram, a razão emprego formal/ emprego informal melhorou e o desemprego diminuiu. A financeirização: um “tigre de papel” até a crise, mas com “dentes atômicos”! Estes explodiram com consequências muito graves sobre o nível de emprego, de salários e de renda.

No âmbito das empresas industriais, a escolha entre investir na produção de bens com uma taxa de rentabilidade esperada inferior à

compra de produtos financeiros mais lucrativos poderia favorecer cada vez mais esta última opção, e assim explicar as taxas relativamente baixas de investimento. Uma explicação deste tipo é parcial: as empresas industriais devem continuar a investir se desejam conservar sua participação no mercado, pois não fazê-lo levaria a custos importantes e irrecuperáveis. Tal escolha é virtual, salvo na margem, e se refere a títulos relativamente curtos.

Assim, como explicar a queda do investimento? Finello Correa, Medeiros Lemos e Feijo (2017) mostram, a partir de dados do CEMEC, que a partir de 2010, e mais particularmente em 2013, os lucros e os investimentos diminuíram nas grandes empresas – os investimentos mais do que os lucros, particularmente por conta do aumento dos empréstimos e, portanto, de uma queda relativa do autofinanciamento até 2013. Esses empréstimos têm custos crescentes, não somente porque se tornaram mais numerosos, mas porque as taxas aumentaram, sobretudo

Tabela 5. Taxa de formação bruta de capital fixo no Brasil, 2003-2016, em % do PIB corrente

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
16.4	17.3	17.1	17.2	18	19.4	19.1	20.5	20.6	20.7	20.9	19.9	17.5	16.1

Fonte : IBGE, carta IEDI, 2018, n°836.

a partir de 2013, com a política do governo de aumentar fortemente as taxas de juros. Ao fazê-lo, deceparam os lucros e acabam servindo cada vez mais para o financiamento dos empréstimos mais antigos e menos para financiar investimentos. Revela-se assim o aumento da fragilidade financeira das empresas e a tendência de se registrar um momento Ponzi eminentemente perigoso. A financeirização é o mecanismo que conduz as empresas industriais a financiar as empresas financeiras. As empresas industriais não somente pagam dividendos importantes, mas tomam empréstimos para reembolsos. Assim, transferem uma parte de seus lucros potenciais para o setor financeiro, reduzindo sua capacidade de investir e de se modernizar. À exceção de algumas empresas dinâmicas, quanto mais elas tomam empréstimos para financiar o serviço de sua dívida, menos sobra de seus lucros líquidos para investir, lucros já afetados pela sua incapacidade de resistir à concorrência internacional.

Na esfera doméstica, o processo de financeirização também se estendeu com seus efeitos perversos. Entre 1970 e 2010, as taxas de fecundidade caíram 67%, passando de 5,8 para 1,9 filhos por mulher, devendo se situar em 1,7 em 2020. A estrutura da população deverá, então, continuar a mudar, com uma participação da população idosa cada vez mais importante face à diminuição da natalidade e do prolongamento

da esperança de vida; em 2040, a população com mais de 65 anos deverá ser superior àquela entre zero e 14 anos, segundo as estimativas do Ipea (novembro de 2017). A razão ativos/inativos continuará então a baixar, o que não se passará sem sérios problemas de financiamento para as aposentadorias por repartição. Com o envelhecimento da população, o custo da saúde deverá aumentar sensivelmente na medida em que os custos com cuidados pessoais são maiores para os idosos do que para os jovens. Enfim, dada a evolução tecnológica, o número de anos passados na escola e nas universidades deveria aumentar, e o custo total da educação deveria aumentar a despeito da redução relativa do número de jovens na população.

São previsões consideradas pesadas. Não podem ser ignoradas. São problemas econômicos que demandam escolhas políticas claras. De modo geral, existem três opções. A primeira consiste em preservar a noção de serviço público e em considerar que nem tudo está no mercado, mesmo se for conveniente avaliar o custo econômico desta escolha e financiá-la por uma reforma fiscal – isto visando fazer com que as categorias mais afluentes desenvolvam uma solidariedade social que permita uma sociedade mais inclusiva. A segunda consiste em diminuir fortemente a parte referente ao sistema de repartição em favor de um sistema de capitalização, em utilizar cada vez mais hospitais privados em

sistemas de seguros privados, obrigatórios ou não, e, enfim, em desenvolver o ensino privado. A consequência seria cada vez mais a retirada dessas despesas sociais do orçamento público, um crescimento do crédito para financiar parcialmente essas despesas e conseqüentemente um endividamento, afetando a renda disponível, sobretudo das categorias modestas. A solidariedade ligada ao serviço público diminuiria fortemente. Esta é a opção liberal. Enfim, existe uma terceira opção que consiste em impor ao setor público as regras de funcionamento do setor privado. O resultado é uma diminuição da oferta de serviço público e um aumento das contribuições. Esta é a opção privilegiada pela corrente neoliberal.

Desde a nova constituição de fins dos anos 1980 e, sobretudo, desde os governos Lula e Dilma, foi privilegiado um misto dessas três opções. Os direitos dos brasileiros, sobretudo com Lula I e II e Dilma I, foram compreendidos da seguinte forma: aumento do salário mínimo superior ao da produtividade do trabalho; aumento das aposentadorias indexadas a este salário mínimo; expansão do Bolsa Família; e acesso de muitos jovens à universidade, graças a um sistema de discriminação positiva, tal como o financiamento a taxas de juros reduzidas. No entanto, ao mesmo tempo, os governos de Lula e de Dilma não produziram os meios necessários para tal política, fazendo com que as duas outras opções acima impusessem

progressivamente sua lógica. Não houve qualquer reforma fiscal profunda e o sistema fiscal permaneceu regressivo. Créditos a baixas taxas – financiados em parte pelo Tesouro através de empréstimos com taxas mais elevadas –, subvenções às universidades privadas, possibilidade de deduzir dos impostos uma parte importante das despesas ligadas à saúde e ao ensino privado, etc., explicam em parte o déficit orçamentário e o aumento de sua carga, atingindo, na véspera da crise, um peso equivalente ao pagamento de aposentadoria... e ao aumento da financeirização. A lógica da finança prevalece sobre a da solidariedade nacional, o mercado sobre o serviço público¹⁵.

Os efeitos perversos da financeirização se implementam no nível macroeconômico. A lei votada recentemente sobre a limitação das despesas públicas esclarece esses efeitos perversos: nenhuma limitação à alta das taxas de juros – que estão dentre as mais elevadas do mundo – e, conseqüentemente, também nenhuma limitação à carga da dívida do Estado. Portanto, a redução do déficit público implica necessariamente uma redução das despesas sociais, principalmente aquelas referentes às aposentadorias. É o que ocorreria uma vez colocado em marcha pelo governo Temer. Desde então, com a crise e a redução das despesas sociais, a população em pobreza extrema aumentou e, apesar da ligeira

¹⁵ Ver Lavinias (2017).

retomada de 2017 e da redução pronunciada da inflação, segundo a PNAD, passou de 8 milhões de pessoas em 2014 para 13,34 milhões de pessoas em 2016, e para 14,83 milhões em 2017. As rendas (declaradas) do 1% mais rico aumentaram, à exceção da região Sudeste, onde diminuiu ligeiramente (*O Valor*, 12 de abril de 2018).

Lula foi a mãe dos pobres, mas também o pai dos mais ricos. Solidariedade e financeirização, as duas tetas do progressismo, um oxímoro que explodiu em detrimento dos pobres. Trata-se de uma lógica que contém sua própria superação, sendo profundamente instável, como pudemos observar desde o fim do governo Dilma I e o início do Dilma II, tendo como apoteose a política social regressiva de Temer. Há outras lógicas possíveis, aquelas que podem conduzir a reformas necessárias, porém negociadas, do sistema de aposentadorias e de seu financiamento, dos sistemas de saúde, de educação. Ademais, que tais reformas não se façam em benefício exclusivo da finança, finança que, no caso brasileiro, foi revestida com o verniz da financeirização, do crescimento das rendas e da desindustrialização massiva.

6. A derrocada da Venezuela

A Venezuela é um caso quase puro. A lógica “infernal” que acabamos de analisar assume formas extremas, tanto no âmbito econômico, como nos âmbitos social e político. O populismo progressista mudou: suas formas

autoritárias, até então latentes, desenvolveram-se, e atualmente podemos considerar que não se trata mais de um governo populista progressista, mas de uma mutação rumo a um regime ditatorial.

A Venezuela resvalou da crise ao caos. O PIB despencou, a inflação não está mais sob controle, a moeda venezuelana despencou, a pobreza explodiu desde alguns anos, tudo acompanhado de corrupção e violência. Como chegamos até aqui? Vejamos os dados¹⁶.

A queda do PIB é impressionante : 35%, entre 2013 e 2017, segundo o FMI, sendo a queda do PIB *per capita* de 40%. É a mais grave crise desde a dos anos 1930, sendo mais importante do que a que afetou os Estados Unidos entre 1929 e 1933.

¹⁶ Alguns dados estatísticos, muito sensíveis, não são mais divulgados pelo governo, sobretudo desde 2016. Têm sido obtidos por pesquisas de campo realizadas por ONGs, como, por exemplo, dados sobre a escassez de produtos de primeira necessidade, tais como alimentos e medicamentos. Outros dados resultam de instituições, de bancos. Enfim, alguns dados apresentados pelo governo são completamente falaciosos e fazem parte do domínio das “fake news”, tais como aqueles sobre a taxa de homicídios twitada pelo ministro do interior, afirmando que esta havia caído 15,2% em 2017, ou seja, 14.389 homicídios, enquanto o conjunto de ONGs constatam um aumento da violência. Segundo o observatório venezuelano, teriam ocorrido 26.616 homicídios, uma taxa de 89 por 100.000, a mais importante entre os países, salvo entre os que estão em guerra civil... Ver Jacome, “Los militares en la política y la economía de Venezuela”, p. 123, Nueva Sociedad (op. cit., pp. 119-129, 2018). Outros dados foram sobrepostos entre si, dando uma ideia da extensão da corrupção: segundo os dados oficiais, as importações de carne aumentaram 17.810 % entre 2013 e 2017, passando de 10 milhões de dólares a 1,7 bilhão de dólares. Mas, durante o mesmo período, o consumo de carne diminuiu 22%... É possível multiplicar os exemplos, e segundo a Econoanalítica, o montante de desvios entre 2003 e 2012 totalizaria 69,5 bilhões de dólares, cifra que causa vertigem. Ver Sutherland, “La ruina de Venezuela no se debe al “socialismo” ni a la “revolución””, p. 147, Nueva Sociedad (op. cit., pp. 142-152, 2018).

A inflação não está mais controlada. O gráfico a seguir dá uma ideia da rapidez com que a hiperinflação tem se manifestado. Segundo a Bloomberg, o preço da xícara de café, proxy da inflação real, teria aumentado 4000% entre abril de 2017 e abril de 2018. Outras avaliações, como as do FMI, estimam que a inflação, em aceleração, deverá alcançar 13 a 14.000% em 2018... As estimativas feitas em outubro de 2018 são bem mais pessimistas; a taxa de inflação está fora de controle, apesar das tentativas de criar uma criptomoeda.

A queda do PIB e o aumento da inflação afetam a distribuição de renda: os mais modestos são os mais atingidos. Depois de ter diminuído durante o governo Chavez, a inflação aumentou desde o fim de seu mandato e explodiu no governo Maduro. Estima-se que a parcela da população em situação de pobreza tenha passado de 45% em 1998 a 81,8%; o peso médio dos venezuelanos reduziu cerca de 9 quilos; e a quantidade de calorias que o salário médio permitia comprar em 2012 caiu 86% entre 2012 e maio de 2017. Enfim, o percentual de famílias declarando que podem comprar produtos básicos como arroz, frango e carne de boi caiu sensivelmente entre 2014 e 2016 – isto enquanto o percentual de famílias comprando batatas e tubérculos aumentou sensivelmente¹⁷.

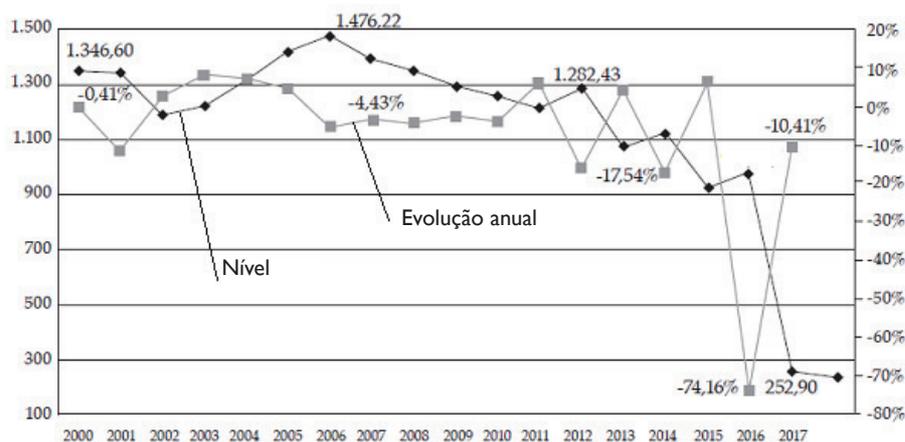
Desde os controles cambiais impostos em 2003 para limitar as saídas de capitais e a instauração dos chamados câmbios múltiplos, a troca de dólares no mercado paralelo não parou de crescer, com a taxa de câmbio no paralelo equivalendo, em 2018, a cem vezes a taxa de câmbio oficial mais baixa. Distâncias como esta são raras. Elas jamais atingiram esta amplitude no Brasil ou na Argentina durante seus longos períodos hiperinflacionários¹⁸. O bolívar despençou e o aumento desta distância (entre a cotação oficial e o paralelo) anuncia que a inflação fugiu de controle. Com efeito, os preços em bolívares se indexam ao dólar cotado no mercado paralelo, a função de reserva de valor do bolívar desaparece em favor do dólar.

As exportações de petróleo preenchem um duplo papel. Elas constituem a parte essencial das exportações (mais de 90%) e oferecem uma parte muito importante das receitas orçamentárias. A queda da produção de petróleo é igualmente impressionante. Esta, acompanhada de uma redução muito importante do preço do petróleo, afeta profundamente a balança comercial e o orçamento do Estado. As exportações despencaram, seu valor reduziu 60% entre 2012

17 Para os dados em conjunto, é possível se referir, em língua francesa, a Puente, "Histoire d'un désastre économique et social", 197-210 in *Les Temps Modernes* (op. cit., pp. 197-210, 2018) e o *Financial Times*, 31/07/2018, "Venezuela's Unprecedented Collapse"

18 Ver Salama e Valier (1990).

Gráfico 1. Nível e variação anual em termos reais do salário mais vale-alimentação 2000-2017



Nota e fonte : trata-se do salário mínimo, e são excluídas as remunerações provenientes das ocupações informais (50% da população economicamente ativa). As taxas de inflação são as anuais do Banco Central da Venezuela e do FMI ou ainda da Assembleia Nacional. Ver Sutherland, *op. cit.*, p. 1515.

e 2015, diminuindo, com elas, as receitas orçamentárias. Ainda que as importações tenham diminuído fortemente, o déficit comercial se tornou abissal.

Segundo outras fontes (Bloomberg, OPEC), a produção de petróleo poderia se situar em um nível ainda mais baixo, como um milhão de barris/dia em 2018. As receitas obtidas pela venda de petróleo não caíram somente porque os preços despencaram, mas também porque a produção caiu. Devido à falta de investimentos suficientes neste setor – a empresa pública, dirigida por um militar, tendo servido de “vaca leiteira”... A ironia da história é que a Venezuela atualmente não pode aumentar sua produção e lucrar com a nova alta do preço do petróleo. Desse modo, o governo se lançou em novos mega-projetos, sobretudo na exploração mineral. Como foi o caso no arco mineral do Orenoco,

cuja superfície é equivalente à de Portugal, até mesmo “suspendendo” os direitos dos indígenas, e não respeitando o código de trabalho, a fim de atrair as empresas estrangeiras.

O déficit da balança comercial torna, atualmente, quase impossível assegurar o serviço da dívida externa. A lacuna entre o que é devido e o que é desembolsado não pára de crescer desde outubro de 2017.

7. Algumas lições da derrocada da Venezuela

Este fracasso patente exige reflexões de ordem teórica. A Argentina e o Brasil estão longe de estar na mesma situação conhecida atualmente na Venezuela, mesmo que suas crises sejam de grande amplitude. Contudo, todos têm pontos em comum: relaxamento da restrição externa,

apreciação da moeda (antes da crise), desindustrialização, queda da pobreza e redistribuição de renda. No entanto, a gestão política da crise foi distinta.

- A dita tese “*resource curse*”¹⁹ (maldição dos recursos naturais) procura explicar porque os países que produzem matérias-primas conhecem, geralmente por um longo período de tempo, uma taxa de crescimento do PIB mais baixa que os países que não as produzem. É este paradoxo que esta tese procura frequentemente explicar com a ajuda de uma abordagem de painel de dados (conjunto de países, definições de períodos que podem ser pouco pertinentes para alguns países), sendo provavelmente um dos limites da demonstração.

Analisa-se a evolução dos termos de troca, assim como a volatilidade dos preços. A tese da doença holandesa é discutida. O mesmo também em relação à apreciação das moedas, devido à entrada massiva de divisas; seus efeitos perversos sobre o diferencial de preços (preços dos bens comercializáveis e dos bens protegidos, denominados *não-comercializáveis*); e principalmente a fragilização dos países pouco desenvolvidos – isto em razão da aparição de guerras civis e/ou de violências, fontes de anomia e de freio ao crescimento. Analisa-se também as consequências em termos de especulação e de desindustrialização. O mesmo em termos de emprego, de distribuição de renda e, sobretudo, em termos da qualidade das instituições.

Como vimos, o maná das matérias-primas não conduziu a um abrandamento do crescimento nos três países estudados, mas a um aumento modesto e a uma crise no futuro²⁰. Por outro lado, os problemas de ordem institucional são reais no Brasil e na Venezuela. As narrativas sobre matérias-primas referentes a cada um desses países são diferentes e permitem compreender as especificidades das crises. Por isto é importante enumerá-las e especificá-las.

A ampliação das receitas em divisas e a diversidade de matérias-primas devem ser consideradas. O Brasil possui numerosas matérias-primas, tanto agrícolas quanto minerais; a Argentina, bem menos, e a Venezuela, menos ainda.

O peso relativo das exportações de matérias-primas com relação ao conjunto das exportações deve ser levado em consideração. O Brasil e a Argentina continuam a exportar produtos manufaturados, mesmo que estas exportações sejam relativamente menos importantes do que nos anos 1990. Por sua vez, a Venezuela não exporta quase nada além do petróleo.

19 Esta expressão apareceu pela primeira vez em 1993. Entre os numerosos escritos sobre esta questão, ver principalmente Frankel, “The Natural Resource Curse, a Survey”, NBER, n° 15836, pp. 1-39, 2010, e mais recentemente e crítico, Verhapi, “The Resource Curse Literature as seen through the Appropriability Lens: a Critical Survey”, <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01583559>, pp. 1-33, 2018.

20 Sabemos que alguns países, ricos em matérias-primas, como a Finlândia, a Austrália, etc., não conheceram esta maldição de recursos naturais.

As possibilidades de recuperação em casos de crise e desvalorização dependem da importância do tecido industrial. O Brasil pôde aumentar fortemente suas exportações de produtos manufaturados com a desvalorização de 2015, a Argentina, muito menos em razão da persistência da inflação, e a Venezuela, de jeito nenhum.

As possibilidades de controlar e utilizar as divisas provenientes da venda de matérias-primas diferem de acordo com o sistema de propriedade. Quando as empresas exportadoras são privadas, somente o endividamento público e/ou a tributação aplicada às exportações e aos lucros podem alimentar as receitas orçamentárias a fim de financiar o aumento das despesas sociais. Quando as empresas produtoras e exportadoras de matérias-primas são públicas, as divisas obtidas por essas vendas ao exterior ficam disponíveis com mais facilidade. Aumenta-se assim a tentação de desviar uma grande parte dessa divisas em detrimento dos investimentos, seja para dar continuidade às políticas sociais quando os recursos escasseiam, seja para alimentar os circuitos clientelistas e de corrupção. Foi o que ocorreu nos três países analisados, porém mais particularmente na Venezuela.

Enfim, a situação dos países não é a mesma conforme a parte relativa dos impostos provenientes das exportações seja mais substancial ou menor. A Venezuela se situa no primeiro caso. Quando ocorre uma queda de longa

duração do preço do petróleo, acentuam-se os déficits gêmeos – do comércio exterior e do orçamento – por conta da impossibilidade de se manter as despesas públicas e sociais no mesmo nível anterior, exceto com emissão de moeda gerando hiperinflação, e da incapacidade de produzir localmente os bens demandados em quantidade suficiente. Desse modo, essa dupla crise ocorre em detrimento das políticas sociais. A pobreza explode e a corrupção e a violência, seu corolário, desenvolvem-se e tornam-se incontroláveis.

A redistribuição e a produção não são incompatíveis. Já sublinhamos isto. Contudo, no populismo progressista, a redistribuição de renda e a produção de bens são hierarquizados. A primeira sendo mais importante do que a segunda, principalmente na Venezuela, e bem menos no Brasil e na Argentina. Indo um pouco mais além, para certos teóricos, a política deve comandar a economia. Política e economia não são consideradas em sua complementaridade orgânica, mas como opostos. A vontade do político é a única que importa, a economia “deve” segui-la. Considerar que possam existir restrições econômicas que devam ser levadas em consideração antes da tomada de decisões, ainda que para afrouxar essas restrições, significaria obedecer a uma lógica neoliberal. Esta abordagem da política em sua relação com a economia conduz a crises econômicas profundas, e, ao final, leva ao inverso do resultado que

se procurou alcançar, a saber : diminuir as desigualdades consideradas como insustentáveis. É o que ocorreu na Venezuela.

Em seus aspectos mais caricaturais, tal abordagem da redistribuição se traduz por uma política clientelista, consistindo em “colocar os amigos” em postos de comando da economia, sem considerar suas competências. A política dirige as empresas públicas (no caso da Venezuela, cada vez mais militarizadas). Inchaço burocrático e incompetência, o resultado é conhecido : a empresa quebra e os assalariados são demitidos.

Vamos um pouco mais longe. Nos estados rentistas, a riqueza advém precisamente da renda e não da exploração da força de trabalho. A redistribuição das riquezas é possível graças a essa renda. Mais redistribuição implica mais renda. É um círculo vicioso, pois quando a renda cai, é difícil, politicamente, diminuir as despesas públicas ao nível da redução das receitas públicas. Com efeito, os déficits aumentam, as reservas diminuem, o endividamento aumenta, as medidas discriminatórias se impõem cada vez mais: a economia torna-se cada vez mais administrada sem que isto permita o aumento da eficácia das medidas tomadas. A corrupção se desenvolve de tal forma que o que surge como mais eficaz para se enriquecer é inserir-se no circuito da renda. Dito de outro modo, a corrupção não é o resultado do circuito rentista, mas este a facilita. Não é uma coincidência que a corrupção tenha crescido tanto nesses três

países e mais particularmente na Venezuela, cuja riqueza depende essencialmente da renda e pouco da exploração da força de trabalho.

O aumento da renda produz aumento da corrupção sob a forma de clientelismo comprovado, financiamento de partidos políticos quando as instituições não os financiam a contento, compra de deputados para que votem “bem”, assegurando a fidelidade deles (“mensalão” e “lava jato” no Brasil); enriquecimento pessoal, tornando cada vez mais porosa a fronteira entre o financiamento dos partidos e o enriquecimento pessoal. A redução da renda, seguida da baixa dos preços das matérias-primas, exacerba a competição entre os que procuram se enriquecer, inscrevendo-se no circuito de uma renda em queda. É neste momento que a denúncia de corrupção pelos corruptos serve de instrumentalização para consolidar um poder enfraquecido por sua incapacidade de manter as políticas sociais, dada a queda da renda que as financia e o posterior aumento da corrupção decorrente desta queda. Dada a perda de legitimidade, o poder designa então bodes expiatórios : os corruptos, a oposição (designada como corrupta, golpista, aliada aos estrangeiros) e, claro, os complôs urdidos no exterior, mais frequentemente nos Estados Unidos, e sobretudo porque este esteve na origem de golpes muitas vezes. E como o ridículo não se esgota, também acusarão esse país de ter provocado a queda do preço do petróleo para arruinar a Venezuela...

8. Conclusão

A forte demanda de matérias-primas por parte dos países asiáticos, e mais particularmente da China, nos anos 2000, conduziu o Brasil e a Argentina a se especializarem novamente na exploração de seus recursos naturais. Assim, esses dois países, ricos em matérias-primas, reprimarizaram-se: em vez de exportar cada vez mais produtos industriais, como ocorreu entre os anos 1950 e 1990, venderam mais produtos primários.

O populismo progressista se beneficiou desta vantagem. A renda obtida da exploração de seus recursos naturais permitiu realizar uma política social audaciosa sem a ocorrência de problemas externos: a desigualdade dos rendimentos do trabalho diminuíram, a pobreza caiu consideravelmente, a mobilidade social das categorias mais vulneráveis aumentou graças à educação pública. Mas aquela renda foi igualmente a origem de uma fragilização dessas novas conquistas sociais e do aumento da corrupção, que, mais relevante, tornar-se-á mais importante e insustentável do ponto de vista ético, de modo que o argumento segundo o qual “são todos corruptos, qualquer que seja o partido no poder, mas eles ao menos redistribuem” não é mais suficiente.

“Terminada a festa”, o pêndulo político abrirá caminho para a perda de direitos, seja ao preço de um golpe de estado institucional (Brasil), seja democraticamente, por eleições (Argentina), ou

ainda por formas de poder que se aparentam cada vez mais a uma ditadura e cada vez menos a um populismo, ainda que progressista.

Metaforicamente falando, podemos considerar que este período próspero caracteriza o populismo progressista como uma “revolução dos ricos”, contrariamente àquelas que teriam ocorrido em Cuba, ou ainda há mais tempo, na China ou na URSS, revoluções que podemos qualificar como de “pobres”, estas últimas não tendo tido a sorte de se beneficiar de condições externas tão favoráveis, ao contrário. Oportunidades parcialmente desperdiçadas e que atualmente impõem um preço alto para os setores mais vulneráveis da população, precisamente aquelas cujas condições de vida e de mobilidade social se pretendia melhorar.

Bibliografía

- BERGER, T. C. & FREY C. B. "Cities, Industrialization and Job Creation: Evidence from Emerging Countries", *mimeo, Oxford Martin School*, pp. 1-25, 2017.
- COATZ, D. & SCHEINGART, D. "La industria argentina en el siglo XXI : entre los avatares de la coyuntura y los desafíos estructurales", *Boletín Informativo Techint*, nº 353, 2016, pp. 61-100.
- CORONIL, F. "El Estado mágico", *Nueva Sociedad*, 2002.
- FANELLO CORREA, M.; MEDEIROS LEMOS, P. & FEIJO, C. "Financeirização, empresas não financeiras e o ciclo econômico recente da economia brasileira", *Economia e Sociedade*, nº 26, pp. 1129-1150, 2017.
- FIORITO, A.; GUAITA, N. & GUAITA, S. "El mito del crecimiento económico dirigido por el tipo de cambio competitivo", *Circus – Revista argentina de economía*, no 5, pp. 81-105, 2013.
- FRENKEL, R. & RAPETTI, M. "Fragilidad externa o desindustrialización : cual es la principal amenaza para América Latina en la próxima década ?", CEPAL. *Macroeconomía del desarrollo*, nº6, pp. 1-38, 2011.
- LANDER, E. "El Estado mágico sigue ahí. Las continuidades y rupturas en la historia del petroestado venezolano", *Nueva Sociedad*, pp. 30-44, 2018.
- LAVINAS, L. *The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox*. Palgrave Macmillan, 2017.
- NASSIF, A.; BRESSER-PEREIRA, L. C. & FEIJO, C. "The case of reindustrialisation in developing countries: towards the connection between the macroeconomic regime and the industrial policy in Brazil", *Cambridge Journal of Economics*, nº42, pp. 355-381, 2018.
- SALAMA, P. "Is the change in globalization's rhythm an opportunity for Latin American emerging countries ?", In: CHADAREVIAN, P. (ed.). *The political economy of Lula's Brazil*. Routledge, 2018, pp. 14-33.
- SALAMA, P. & VALIER, J. *L'économie gangrenée, essai sur l'hyperinflation*. La Découverte, 1990.
- SERRANO, F. & SUMMA, R. "A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011", *OIKOS*, vol. 11, nº2, pp. 1-37, 2012.
- _____. "Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014", *CEPR*, 1-39... , CEPR, pp. 1-39, 2015.
- SVAMPA, M. *Debates latinoamericanos. Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo*. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

Anexos

Cada país, Argentina e Brasil, tem sua especificidade que se explica por sua própria história

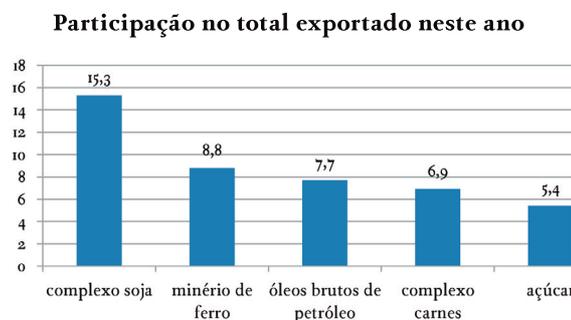
No Brasil, o índice de produção industrial per capita passou de 100 em 1970 para 160 em 2014. Na Argentina, esses dados são de 100 e 100 nas mesmas datas, segundo os dados corrigidos do INDEC. Neste país, a volatilidade do crescimento é bastante pronunciada: de 1980 a 2002, a queda, ainda que irregular, é líquida, e somente entre 2002 e 2008 o crescimento foi importante, mas insuficiente para ultrapassar o nível de 1970. Entre essas mesmas datas, a produção industrial da China passou de 100 para um pouco mais de 6000. Comparados à China, o Brasil e a Argentina se marginalizam... Segundo os cálculos efetuados por Coatz e Scheingart (op. cit.), o Brasil conheceu um crescimento de sua produção industrial de 5,1% entre 2005 e 2011, e depois de - 8,7% entre 2011 e 2015 ; a Argentina, de 26,3% e 13,5% entre as mesmas datas. Se considerarmos um painel de 45 países representando 90% da produção industrial mundial, o Brasil ocupava a 29ª posição em 2011 e a 39ª em 2015, enquanto a Argentina ocupava, respectivamente, a 9ª e a 23ª posição.

Após o grande medo provocado pela ascensão de Lula ao poder, o Brasil foi aceito pelos mercados financeiros internacionais. O real se apreciou graças a uma importante entrada líquida de capitais e a um aumento das vendas de matérias-primas cujos preços aumentaram consideravelmente, sobretudo a partir de 2008²¹. Por este ponto de vista, o Brasil se reprimariza. Não se

21 As cinco principais matérias-primas exportadas (soja, minerais de ferro, óleos de petróleo em bruto) são cada vez mais concentradas (O Valor, de 15 de dezembro de 2017).

Aumenta a concentração

Fatia de cinco commodities no total de exportações (janeiro a novembro de cada ano - em %)



trata, contudo, de um retorno ao século XIX, pois, diferentemente daquela época, as tecnologias utilizadas para produzir essas matérias primas são muito sofisticadas.

Ocorreram tentativas de frear a apreciação das taxas de câmbio, sobretudo no Brasil, mas elas chegaram muito tarde e de maneira desordenada: face à apreciação da moeda destruidora da indústria, as políticas visando desvalorizar a moeda nacional e reduzir as taxas de juros muito elevadas foram decididas sob a presidência de Dilma Rousseff, já nos dois primeiros anos de sua gestão (2011-2012). Mas com o retorno da inflação, a eficácia dessa medida não se consolidando²² e, enfim e sobretudo, a oposição de certos lobbies (principalmente as finanças) – que se tornara mais agressiva apesar das concessões (desonerações fiscais sobre a folha de pagamentos) –, essas políticas não se mantiveram, com o governo retornando a elas em medidas pontuais. Este vai-e-vem se explica pelos efeitos não desejados das escolhas de política econômica e pela hesitação do governo em manter a direção. Desta forma, o aumento das taxas de juros, com o objetivo de desacelerar a alta dos preços, atrai capitais, conduz a uma apreciação da moeda nacional, a qual aumenta as dificuldades em termos de rentabilidade da indústria e favorece a desindustrialização e também o aumento das importações. Por outro lado, a redução das taxas de juros já não mais atua como estímulo ao capital especulativo, a ligeira depreciação da moeda pode favorecer as exportações industriais, mas é a fonte do crescimento da inflação, o que pode aniquilar as vantagens obtidas pela ligeira depreciação em termos nominais. Em suma, a apreciação é caótica: é intercalada no Brasil por fortes desvalorizações-depreciações (crise financeira internacional de 1996-1998, crise política com a chegada de Lula ao poder em 2003, crise econômica brasileira de 2015).

Este não é o caso da Argentina, esta sim com acesso aos mercados financeiros internacionais de facto interdito a partir do final dos anos 2000, quando decidiu reestruturar sua dívida externa (exceto a dívida junto às instituições internacionais) sem ter obtido um acordo com seus credores²³. Na Argentina, a implosão do plano de conversibilidade – permitindo a livre conversibilidade, sem custo de transação do peso em dólar e inversamente, 1 peso valendo 1 dólar, bem no início do século XXI – se traduz em uma forte desvalorização, um peso valendo quatro dólares. Esta se traduz imediatamente por uma consequente alta dos preços (38%), menor, contudo, que a alta dos preços no atacado, e se atenuaram em seguida. Salários nominais congelados,

22 Por diversas razões: inflexão do comércio internacional, queda das cotações e crescimento mais lento no volume das matérias-primas comercializadas, enfraquecimento da indústria que não se beneficia do enfraquecimento” do câmbio, considerado ainda insuficiente.

a indústria se beneficia da proteção produzida pela forte desvalorização, e a rentabilidade da indústria aumenta consideravelmente. Sem investir imediatamente e utilizando a importante capacidade de produção ociosa – consequência da crise precedente – a produção industrial cresce e, com ela, o emprego e, em seguida, os salários, graças a uma substituição de importações e a uma competitividade reencontrada pelo câmbio e pelo salário reduzidos, favorecendo o aumento das exportações dois anos mais tarde. Este círculo virtuoso ganhou impulso e a Argentina conhece um forte crescimento, ainda mais com o aumento do preço da soja e o crescimento dos volumes vendidos à China, o que lhe permite contornar as medidas de retaliação tomadas pelos mercados financeiros internacionais em razão do modo de resolução da dívida externa e também da taxa de câmbio interna²⁴ imposta para regulamentar os débitos internos, inferior à taxa de câmbio de mercado (as empresas internacionais estavam exigindo serem pagas em dólares à taxa de câmbio de mercado). Mas este círculo virtuoso tinha um calcanhar de Aquiles: a inflação e também, provavelmente, a maneira peronista de tratar a oposição, à diferença do lulismo. Distante da busca pelo compromisso, o governo adota uma atitude *a priori* conflituosa face à atitude agressiva dos exportadores de matérias-primas, procurando lhes impor retenções progressivas (taxas sobre o valor das exportações de matérias-primas), legitimadas pela alta das rendas, abandonadas em seguida face à oposição desses rentistas [os exportadores de matérias-primas] e do Congresso, permanecendo o *status quo* de retenções proporcionais para subvencionar sobretudo a energia. A inflação volta vigorosa, o governo decide camuflá-la, mais exatamente negando-a, e construindo um novo índice de preços. Com efeito, com as mini-desvalorizações calcadas com relação a uma inflação subestimada, a apreciação da moeda em termos reais será tanto maior quanto maior for a distância entre a inflação oficial e a inflação real, com as desvalorizações mais importantes chegando tarde demais, ao fim da presidência de C. Kirchner, com o objetivo de frear as crescentes fugas de capitais, de aumentar o saldo comercial – que estava se reduzindo consideravelmente, com o saldo positivo da venda de matérias-primas tendo cada vez mais dificuldades para compensar o saldo negativo da indústria de transformação e de energia, apesar das entradas relativamente modestas do investimento estrangeiro direto – para financiar o serviço da dívida externa e a desvalorização importante quando do acesso de Macri à presidência.

23 O não acesso aos mercados financeiros internacionais se traduz por um quase desaparecimento dos investimentos em porfólio o que não é o caso dos investimentos estrangeiros diretos.

24 A taxa de câmbio passou de 1 peso contra 1 dólar para um pouco menos de 4 pesos por um dólar. A decisão do governo foi liquidar as dívidas internas das famílias e empresas a uma taxa de cerca de 1,5 pesos contra 1 dólar, simplesmente porque não fazê-lo tornaria impossível recuperar as dívidas.

Taxa de crescimento anual do PIB dos países grandes produtores de matérias-primas

Anos	Brasil	Argentina*	Chile	Colômbia	Peru	Venezuela	Equador	Bolívia
2001	1,3	-4,4	3,4	1,7	2,1	3,4	4,8	1,7
2002	2,7	-10,9	2,2	2,5	0,0	-8,9	3,4	2,5
2003	1,2	8,8	3,9	3,9	4	-7,8	3,3	2,7
2004	5,7	9	6	5,3	5	18,3	8,8	4,2
2005	3,2	9,2	5,6	4,7	6,8	10,3	5,7	4,4
2006	4	8,5	4,6	6,7	7,7	9,9	4,8	4,8
2007	6,1	8,7	4,6	6,9	8,9	8,2	2	4,6
2008	5,7	4,1	3,7	3,5	9,8	5,3	7,2	6,1
2009	-0,7	-5,9	-1	1,7	1	-3,2	0,4	3,4
2010	7,5	10,1	5,8	4	8,5	-1,5	3,5	4,1
2011	2,7	6,	5,8	6,6	6,5	-4,2	7,9	5,2
2012	0,9	-1	5,5	4	6,1	5,6	5,6	5,1
2013	2,3	2,4	4	4,9	5,9	1,3	4,9	6,8
2014	0,5	-2,5	1,9	4,4	2,4	-3,9	4	5,5
2015	-3,8	2,5	2,3	3,1	3,3	-5,7	0,2	4,9
2016	-3,5	-2,3	1,6	2	4	-9,7	-1,5	4,3
2017	1,1	2,8	1,5	1,8	2,5	-9,5	1	3,9
2018^o	1,7	-2,8	2,8	2,6	3,5	-5,5	1,3	4

Fonte: CEPAL, 2010, 2014 e 2017 : Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe; Brasil, a partir de 2014, fonte OECD, 2018, Economic Survey, Brazil. Argentine : Informe de coyuntura económica, GERES, n° 13, 2016. Os dados do INDEC diferem dos fornecidos sob a presidência de Kirchner, a partir de 2008. Em cinza, governos populistas progressistas. Os dados para a Venezuela são revistos para baixo por inúmeros institutos, incluindo o FMI, a partir de 2014.

Evolução da pobreza extrema absoluta no Brasil em milhões de pessoas e em porcentagem da população

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016
23.3	20.4	16.7	15.9	13.5	13	11.4	10	10.4	8	9.8	13.3
13%	11.1%	9.1%	8.6%	7.3%	7%	6.1%	5.3%	5.5%	4.1%	4.9%	6.5%

Fonte: PNAD-IBGE. Definição de pobreza extrema : menos de 1,9 dólares por dia e por pessoa, ou menos de 133,72 reais por mês.